

O SENTIDO DAS POSSIBILIDADES DE UMA CONTRA-HEGEMONIA NA ARQUITETURA THE MEANING OF COUNTER-HEGEMONY POSSIBILITIES IN ARCHITECTURE MARIANA WILDEROM, LUIZ RECAMÁN

Mariana Martinez Wilderom Chagas é Arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo, e realiza sua pesquisa pós-doutoral na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Estuda teoria e crítica da arquitetura, arquitetura e cidade contemporânea na América Latina, projeto urbano e arquitetura educacional. mariana.wilderom@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/2140295942136745>

Luiz Antonio Recamán Barros é Cientista Social e Arquiteto, Mestre e Doutor em Filosofia e Livre-Docente em Arquitetura e Urbanismo. É Professor Associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Coordena pesquisas sobre Estética da Arquitetura, Crítica de Arquitetura, Arquitetura Moderna Brasileira e Habitação Social. recaman@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/6321525050676583>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: WILDEROM, M. M.; RECAMÁN, L. O sentido das possibilidades de uma contra-hegemonia na arquitetura. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/734/734pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

O artigo visa refletir sobre as possibilidades críticas — teórico-práticas — de formulações de estratégias da Arquitetura e do Urbanismo que permitam reagir em diferentes níveis às imposições das lógicas sociais destrutivas do mundo contemporâneo. Para tanto, propõe-se um percurso analítico de alguns dos resultados espaciais do processo de racionalização da arquitetura moderna — na sua refração brasileira — a fim de indicar as condições de uma ação crítica — contra-hegemônica — possível na contemporaneidade. Essa reflexão tem como principais marcos teóricos as questões colocadas à arquitetura moderna pelo crítico italiano Manfredo Tafuri e a problematização de Fredric Jameson sobre os impasses teóricos a ela atribuídos. Estes poderiam ser parcialmente superados pela crítica lefebvriana da produção do espaço e da vida cotidiana, permitindo a construção de um horizonte teórico-metodológico de transformação social. As possibilidades do presente indicam que a prática crítica deve perseguir conteúdos espaciais, culturais e sociais que figurem alternativas à abstração progressiva da vida, ou seja, imaginar ações — e realizações — contra-hegemônicas e processuais em relação ao domínio contínuo da hegemonia do capital (Jameson).

Palavras-chave: Arquitetura contra-hegemônica, Arquitetura moderna brasileira, Arquitetura moderna, Crítica de arquitetura

1 Introdução

Através e contra a hierarquização, não poderia incidir, aqui e ali, arquitetura ou urbanisticamente, "alguma coisa" que resulte do modo de produção existente, que nasça de suas contradições desvendando-as, e não as cobrindo com um véu?

Henri Lefebvre¹

Dentre tantas, apresenta-se uma tarefa àqueles que insistem em manter o caráter transformador da Arquitetura e do Urbanismo implicado em sua contraditória constituição moderna: quais as possibilidades críticas — teórico-práticas — de formulações de estratégias que permitam reagir em diferentes níveis às imposições das lógicas sociais destrutivas do mundo contemporâneo? Para contribuir com essa tarefa, que assim enunciada nos parece irrealizável, propomos, com base no reconhecimento dos limites revelados pelo pensamento arquitetônico crítico, identificar os resultados espaciais do processo de racionalização da vida. Conhecê-los a fim de neles encontrar, materialmente, um caráter negativo — correspondente, em parte, ao termo contra-hegemônico aventado — a ser explorado pelas estratégias disciplinares. Imagina-se, assim, que à hegemonia do valor abstrato realizada nos espaços da vida corresponda contraditoriamente mecanismos e representações de negatividade. Estes poderiam ser acionados pelas disciplinas da arquitetura e urbanismo no sentido de construção de contra-hegemonias que, em seu movimento contínuo, prefigurem utopias concretas (LEFEBVRE, 2014). Tal perspectiva crítica teve como impulso o enfraquecimento recente do vínculo incauto e ruidoso entre as imagens arquitetônicas e as lógicas econômicas da abstração financeira. Este roteiro será explorado por meio de tópicos que não pretendem ultimar os temas, mas compor um desenrolar argumentativo que ajude a esclarecer algumas aberturas para a ação.

2 Metodologia

A metodologia desta reflexão é uma leitura crítica que acompanha três autores fundamentais para enfrentar o tema proposto. O vínculo entre eles é estabelecido por Fredric Jameson: a radicalidade aporética e ao mesmo tempo inultrapassável de Manfredo Tafuri, confrontada pela radicalidade aberta de Henri Lefebvre. Ambos, cada um à sua maneira, problematizam a espacialidade moderna, porém com perspectivas ideológicas distintas. Este artigo procura

¹ Lefebvre (2013).

atualizar e operar esse esquema crítico em relação ao contexto brasileiro, no qual a modernidade realizou-se pondo a nu suas contradições fundamentais.

3 Discussão

A radicalidade crítica resultante da radicalização da modernidade arquitetônica tem na obra de Manfredo Tafuri a sua mais incômoda síntese. Em *Projecto e Utopia* (1985) esse autor procede a uma crítica da ideologia moderna e arquitetônica, identificando um ciclo burguês unitário no qual estão vinculados o desenvolvimento capitalista e suas ideologias liberais, e, principalmente, a constituição da disciplina arquitetônica moderna. Essa correspondência inicia-se nas teses do liberalismo burguês e conclui-se nos primeiros movimentos do fordismo como paroxismo da civilização industrial. Em ambos os pólos o autor identifica contradições: a oposição entre a unidade arquitetônica e a cidade, na passagem da capital aristocrática para a metrópole; a cisão entre o apelo à homogeneização e standardização fordista e os princípios de universalidade e utopia inerentes à ideologia liberal em franco colapso no final dos anos 1920. Tal inflexão ideológica marca a passagem das utopias sociais arquitetonicamente prefiguradas para os papéis marginais e constrictos das replicações formais advindas da perda de sua substância. Os conteúdos emancipatórios e críticos da arquitetura radical foram suprimidos por sua dimensão funcional e afirmativa em relação ao desenvolvimento capitalista no contexto da segunda guerra mundial. A "gestão capitalista direta do território" leva à "inação de seus instrumentos [da arquitetura e urbanismo] inofensivos" (TAFURI, 1985, p. 115-116). Essa crítica radical pareceu decretar uma impossibilidade estética e política, o que levou à recusa dessa inferida aporia estendida à milenar profissão. Kate Nesbitt ([1996] 2006, p. 42), resume a recepção dessa crítica no campo disciplinar, ao concluir que Tafuri "parece excluir a possibilidade de mudança por meio da arquitetura".

Se a crítica tafuriana levou a um imobilismo real do pensamento arquitetônico e a uma falsa superação auto-denominada pós-crítica², permitiu também uma expansão e elucidação dos impasses disciplinares ainda atuantes, apesar da euforia neoliberal. Curiosamente, o surto moderno brasileiro, entendido com base nessa crítica ideológica, pode ajudar a fotografar analiticamente a espacialização dos impasses apontados e também a construção de categorias críticas. Estas têm a intenção de buscar instrumentos conscientes, que transitem pela dialética que não abandona a dimensão negativa ao mesmo tempo em que procura tensionar a positividade inexorável da disciplina. Nesse sentido, um excerto é necessário.

No Brasil, a filósofa Otília Arantes ampliou a crítica da ideologia arquitetônica e procurou analisar as principais obras, tendências e teorias que pretendiam reagir às consequências desta grande reversão do Projeto Moderno. A explosão pós-moderna do final dos anos 1970, didaticamente exposta na Bienal de Veneza de 1980, permitiu à autora capturar o "problemático encontro entre a dimensão estética e impasse social", para além de uma denúncia do evidente fachadismo exposto no *Arsenale* (ARANTES, 2015, p. 14). Ao proceder à leitura dessas obras e procurar uma coerência na diversidade formal aparentemente inclassificável, a autora abriu caminhos para a compreensão tanto do "formalismo integral" do movimento moderno (a dimensão positiva da "dialética da vanguarda") (ARANTES, 2015, p. 52-53) quanto das alternativas historicamente formuladas, mais ou menos críticas em relação aos princípios modernos. Algumas experiências analisadas pretenderam, como Aldo Rossi do Teatro do Mundo (1980) e Jean Nouvel do Instituto do Mundo Árabe (1987), estender o potencial crítico da modernidade, mas opondo-se a seus esquemas formais e vínculos ideológicos destrutores da cidade. Ainda que a aposta em certo contextualismo crítico, no qual estavam inseridos os dois arquitetos citados tenha sido revista nos anos 1990, os esquemas de leitura que explicitavam a relação entre forma e conteúdo social foram prolongados em direção a uma nova crítica radical. Detectava assim, a subsunção das estratégias alternativas do contexto e situação aos esquemas pós-modernos da simulação e da imagem. A continuidade formalista da modernidade desembocara na sociedade do espetáculo e da indústria cultural, levando a arquitetura e o urbanismo realizados nos anos dourados do neoliberalismo a um fragoroso fim de linha.³

Essa chave interpretativa — que captura as contradições sociais na forma arquitetônica — permitiu ampliar a compreensão da formação da arquitetura moderna brasileira. Se a modernização industrial capitalista era um impulso global — ainda que desigual e combinado — e o vínculo entre arquitetura e desenvolvimento capitalista já fora amplamente detectado, tratava-

² Os artigos de Michael Speaks (2002, 2005) na Revista *Architectural Record* sintetizam os principais argumentos da superação da crítica por uma prática projetual alinhada às "práticas contemporâneas de gestão de negócios", conforme sintetiza George Baird (2004).

³ Ver Recaman (2001).

se de voltar esse refletor da crítica radical ao singular caso brasileiro. Ideologia do plano e formalismo integral necessitavam ser resolvidos na complexa equação da arquitetura moderna brasileira que surgiu como um milagre nos anos 1930. Essa análise, já realizada parcialmente⁴, serve aqui para o objetivo principal desta reflexão⁵. A materialização local dessas contradições é um metabolismo que permite identificar os elementos particulares espaciais que possam informar a prática disciplinar de modo mais objetivo. Esta, não obstante a precisão denunciadora de seus vínculos produtivos originais e persistentes, se mantém presente nas instituições públicas e na sociedade civil, no ativismo dos movimentos sociais e em outras formas de atuação que permitiriam introduzir possibilidades contra-hegemônicas — como denominadas neste editorial. Há, portanto, que compreender, segundo o objetivo aqui traçado, quais são as configurações hegemônicas, base material e arquitetônica de possíveis configurações alternativas, para além das formulações teórico-críticas. A análise da arquitetura brasileira, seguindo a tradição crítica da formação, permite a construção de categorias espaciais generalizadoras que podem ser úteis nesse sentido. Afinal, como afirma essa tradição, a modernização brasileira pode esclarecer melhor o processo global, na medida em que as ilusões ideológicas originais do liberalismo europeu não estiveram presentes no processo local.⁶

A arquitetura brasileira irrompeu, incitada pelo governo varguista e seu modelo hesitante de modernização, exatamente no momento em que as ideologias de emancipação social colapsavam no contexto europeu entre o final dos anos 1930 e a segunda guerra mundial. Versão local das imposições de planejamento econômico resultantes dos impasses do liberalismo e da crise financeira internacional de 1929, inseriu-se no contexto daquilo que Tafuri denominou de "realidade do plano" (1985, p. 92). No nosso caso, esse imperativo planejador abrangeu uma estruturação social, sucedânea dos processos de formação dos estados nacionais na Europa, que necessitava ao mesmo tempo construir uma nação — e, portanto, sua identidade — e o próprio Estado. Recorreu, de maneira súbita e acurada, à criação de emblemas que, ao contrário de serem resultantes de processos sociais formativos, procuravam se antecipar e ativar. Do ponto de vista estético, ou seja, da configuração do material sensível segundo um possível ou desejado espírito do tempo, essa operação de construção de emblemas de massa que incitasse um sentido de nacionalidade fora antecipada pelo movimento modernista dos anos 1920. Porém, no contexto do varguismo e deste argumento — da realidade do plano —, tal estética foi progressivamente destituída de uma dimensão crítica, que culmina nas configurações arquitetônicas dos palácios e edifícios-símbolos. Esse foi o caso da produção brasileira do MESP (1936) à Pampulha (1939-1942). Sem poder nos deter nas análises dessa arquitetura, realizada alhures, passemos agora a algumas sínteses espaciais e construtivas — por essas análises permitidas — que possibilitam a continuidade da argumentação proposta.

A desvinculação desafetada entre a célula — neste caso, o edifício — e um contexto urbano existente ou desejado (o plano) é o primeiro movimento de uma independentização desse sistema cultural específico que permitiu o seu funcionamento pleno em ambiente social adverso, se considerarmos as contradições originais do ciclo burguês. Ainda que Le Corbusier tenha trazido seus admiráveis planos urbanos do final da década de 1930 na bagagem, era claro desde o início da abordagem oficial o papel do mestre: fixar a lógica intrínseca do seu vocabulário formal dirigida à edificação, ainda que ela fosse, por princípio — e equivocadamente — inseparável de sua concepção totalizadora do plano urbanístico geral. Essa tarefa involuntária foi plenamente realizada. O edifício do MESP é um prodígio arquitetônico inigualável, apesar, ou por causa, das flexibilizações lógicas, a princípio inaceitáveis, dos vocábulos corbusianos. Esse sistema formal foi, no entanto, consolidado no projeto da Pampulha. Como essa arquitetura resolve a relação com o entorno sem pretendê-lo alusivo, modificado ou anulado? Uma questão de coerência sintática cuja existência e possibilidade estão implicados, porém, em um processo social abrangente que impõe dinâmicas próprias de espacialidade e urbanização.

Restou-lhe o papel tanto da simplificação identitária quanto da sublimação formal de uma impossibilidade social — harmonia das formas do edifício no lugar de uma asserção socioespacial. Qual é, então, a sua alteridade, o outro de um belo edifício? As contradições desse sistema arquitetônico não são somente em relação a uma possível extroversão sócio-formal herdada da vanguarda dos anos 1920. Ou, mais diretamente: a universalidade da célula como portadora de uma racionalidade industrial e social, que têm por base as expectativas socializantes da homogeneização. No caso brasileiro, são evidentes

⁴ Ver Arantes (1997) e Recaman (1996, 2002).

⁵ Esta discussão segue e desenvolve o roteiro indicado pelo capítulo metodológico de Wilderom (2019).

⁶ Cf. "As ideias fora do lugar" em Schwarz (1992).

as dificuldades compositivas da própria unidade, na articulação interna dos estilemas que se chocam ao não reproduzir a lógica da arquitetura moderna que lhe serviu de base. Esse choque foi, dentre outros virtuosismos, a curva e a base social precária que lhe dá sustento: as irracionais formas de madeira necessárias para esse purismo reverso⁷. Todavia, a relação desses objetos com algo que os envolve ou justapõe se torna um problema cuja grandeza pode ser sentida no desatino das nossas grandes cidades.

A paisagem social brasileira, apreendida pelo vendaval da modernização do início do século XX, elidia ideologicamente as décadas em que uma possível conformação urbana fora levada a cabo seguindo os preceitos do urbanismo burguês do século XIX. Aos estilos do ecletismo se acrescia a crítica moderna ao urbanismo oitocentista, apenas ensaiado por aqui. O retorno modernista à colônia necessitou elaborar artisticamente aquilo que socialmente se consolidava como improvável: a superação da escravidão que construíra a civilização do ouro. Esse impasse social da modernização hipertardia se tornou um impasse formal, ou estético. É conhecido o deslocamento ideológico realizado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. A alusão à arquitetura civil luso-brasileira, ao barroco religioso, à paisagem tropical e aos corpos, seguem o percurso da perda de referência social dessa produção que, inversamente, só avançava. Assim, o primeiro vazio que recebia as formas virtuosas foi uma paisagem idealizada à qual, de maneira explícita, as formas arquitetônicas mimetizavam. Esse outro natural só pode ser mantido em circunstâncias específicas, na medida em que o espaço que acolhia progressivamente essa arquitetura se urbanizava de maneira explosiva. Essa passagem foi minuciosamente ensaiada pela obra de Niemeyer desde os anos 1940.

As forças de extroversão formal herdadas, cuja síntese estético-social fora elaborada pela vanguarda europeia sob o impulso do fordismo dos anos 1920, não desapareceriam simplesmente com o traslado oceânico. Elas exigiram uma elaboração que pretendia dissipá-las no mais puro formalismo. Assim ocorreu com a forma conjunto, que Niemeyer elaborou até o final de sua extensa produção. A alteridade — para qual tendia radicalmente o *bulldozer* da arquitetura moderna — resumia-se no caso local a uma replicação do mesmo. O outro arquitetônico era uma configuração que arranjava unidades similares na falsa unidade ampliada do conjunto. A sua dimensão social, esta sim, se dissipara; a forma, ela própria, denuncia essa incompletude. Como dimensão social podemos entender o urbano, a cidade. Essa última enfrentava o seu desaparecimento por todas as partes, como mostra Lefebvre. No entanto, a vanguarda moderna radicalizara essa volatilização ao desconsiderar a cidade plenamente em seu projeto construtivo. O caso brasileiro não imaginou essa tábula rasa, mas acomodou as formas extraordinárias à precariedade urbana, no mesmo esquema figura-fundo das experiências de paisagem tropical-objeto arquitetônico que inicialmente pretendeu. Esse esquema formal implodiu com o conjunto plano cidade de Brasília, alcançando limites espaciais inimagináveis. A precariedade urbana do entorno não lhe tira a beleza, enfatiza-a; sem confrontá-la ou dar-lhe um exemplo social, um horizonte de justiça. Ao contrário, estabiliza aquilo que é a dualidade brasileira, que, na superfície, ora se move, ora paralisa.

A esse clímax dialético sobreveio o confronto inevitável entre essa matriz arquitetônica e a metropolização brasileira. Do ponto de vista de uma complexa elaboração estética das contradições socioespaciais, o novo eixo de explosão criativa da arquitetura brasileira se moveu para a maior cidade do país a partir dos meados da década de 1950. Nela foi elaborado um novo paradigma espacial que procurou adequar os achados da vanguarda brasileira à dinâmica de uma urbanização movida pelos espaços errantes que resultaram das lógicas econômicas e especulativas que organizavam a cidade de São Paulo. Os espaços da metrópole capitalista são marcados pela difícil coordenação dos fragmentos construídos, que resultam da lógica da abstração econômica que os rege. Tal fragmentação alcança níveis inauditos na periferia do capitalismo. Além dessa grande ausência de unidade urbana mínima prévia, esses fragmentos são, em sua maioria, construídos segundo as leis da necessidade e precariedade. O sentido do fragmento urbano, resultante da partição fundiária não mediada por desenho ou planejamento prévio, difere da necessidade de unidade que pressionava a arquitetura vinculada ao Estado autoritário brasileiro. Como atribuir-lhe novo impulso em um horizonte social cada vez mais restrito e submetido às determinações da expansão industrial capitalista pelo globo? Industrialização hipertardia, precariedade da mão de obra industrial, desilusões quanto ao desenvolvimento social implicado na modernização local, enfraquecimento político do Estado foram, em congruência com a dinâmica espacial, os novos fatores da mesma equação.

⁷ Ver Recamán (2010).

O movimento de constrição formal da unidade arquitetônica permitiria a sua independência formal, mesmo submetida ao parcelamento abstrato do terreno; este passa a ser o território suficiente de intervenção. O conjunto, generalidade ou expansibilidade latente — impulsos da extroversão espacial intrínseca às tipologias modernas européias — metamorfosearam-se em uma somatória independente de unidades auto-centradas, realizando mais uma das vicissitudes condicionadas pela refração estética no subdesenvolvimento. A base formal desse fragmento arquitetônico supunha uma continuidade construtiva que se imporia pela exemplaridade inapelável. A cidade passaria a ser um contínuo de jóias arquitetônicas justapostas, independentes umas das outras, mas de forte expressão comum garantida por um equilíbrio com ecos deslocados e anacrônicos da lógica liberal. Intramuros, uma liberdade da intimidade despojada; embrião, nesse contexto político, de uma sociedade emancipada. A esse esquema, contraditoriamente, estava associada uma percepção da fragilidade da sociedade brasileira nesse período — quer seja da classe trabalhadora, das elites econômicas e do Estado — inibidora das transformações sociais mais amplas. Artigas, na segunda casa do arquiteto (1949), define um outro volume — o estúdio — em diálogo com a construção principal. Uma laje inclinada cobre e percorre os dois volumes dando-lhe uma paradoxal unidade. Da sala principal só é permitido observar esse anexo e o céu. Seu percurso arquitetônico indicou, com mais vigor que seus contemporâneos, a constrição da unidade residencial dentro do lote, como solução para uma cidade em processo de loteamento desenfreado dos anos 1950.

No contexto da industrialização brasileira hipertardia realizada durante o interregno democrático — entre o Estado-Novo e o golpe militar — o conjunto niemeyeriano se inviabilizou na medida da imposição do subdesenvolvimento destituído de influxos de autonomia nacional. Para a absolutização da lógica econômica que a cidade de São Paulo tanto representava, o enclausuramento dentro do lote garantia um espaço de socialização dos círculos próximos. Esse microcosmo indicava de maneira frágil um possível nexos ou sentido supra-individual, condicionado por um radical processo de fragmentação espacial. Eram apostas políticas só compreensíveis dentro do contexto de acirramento dos conflitos sociais que antecederam ao fechamento do regime. Ainda que os ensaios espaciais tenham sido realizados em projetos de residência, a coerência da introversão do arranjo espacial se manteve nos projetos de escalas e programas variados realizados por Artigas e seguidores.

Ainda que as soluções arquitetônicas desses dois momentos históricos principais — getulismo e democratização — tenham resultado em paradigmas espaciais bastante diversos, alguns aspectos essenciais os unem. A desterritorialização moderna resultante da abstração geométrica que orientava a espacialidade do plano teve sua razão explicitada no contexto do subdesenvolvimento. Sobreviveu, ou melhor, alavancou-se, sem o sentido original — ou seja, a mudança social mediada pela organização racional do território idealizado. No Brasil, essa desterritorialização seguiu a abstração desideologizada da ordem econômica desregulamentada, que tem no espaço o seu mecanismo de operação. Assim, emerge à superfície urbana a desordem aparente resultante das forças intangíveis da economia, agindo sem obstáculos inerciais ou políticos; alguma regulação existente no contexto ideológico original. Os fragmentos singulares que pontuaram o espaço urbano de São Paulo, ainda que pretendessem o escandir, concentraram todos os esforços estéticos da disciplina. Essa estratégia garantiu sua existência e sobrevida ao criar um impactante vocabulário formal que resultou em uma moralidade congelada. Ambos perseveraram mesmo fora do contexto social de conflito, no qual estavam em jogo as possibilidades de desenvolvimento nacional.

O sentido desse esquema estético e formal determinado por forças de abstração tem uma historicidade: a antiurbanidade intrínseca ao projeto moderno em arquitetura. Sua refração subdesenvolvida incidiu sobre uma territorialidade destituída de formação urbana, no sentido histórico de cidade. O período colonial, imperial e republicano nos legaram espaços eles mesmos já constituídos de fragmentos descontextualizados. Essa débil base urbana foi assolada pelo processo de modernização econômica iniciado nas primeiras décadas do século 1920 e radicalizado nos anos 1950 e 1960. Assim, a antiurbanidade de nossa modernidade arquitetônica encontra o sentido destrutivo da operação da vanguarda, destituída de utopias sociais — o plano. Uma antiurbanidade suficiente que não pretendeu instituir uma nova ordem racional crítica aos esquemas urbanos do passado. Seu caráter social segregacionista está implicado nessa organização espacial comandada livremente por forças econômicas que não encontram resistência física ou social que as afronte com a potência necessária. Na argumentação proposta, destaca-se que essa antiurbanidade não encontrou tampouco contraponto no campo disciplinar. Ao contrário, a estetização dessa ilogicidade fragmentada foi o determinante impulso criativo acionado, sem que a ele correspondesse um conteúdo social enunciado que pretendesse justificá-lo criticamente.

4 Considerações Finais

Após esta breve análise de fenômenos espaciais concretos mais visíveis na refração brasileira das vanguardas, retornemos, assim instruídos, às possibilidades ou brechas nas formulações críticas iniciais percebidas disciplinarmente como aporéticas. Estas perguntas que guiam esta reflexão: são possíveis os espaços contra-hegemônicos no contexto da hegemonia neoliberal? Caso sim, têm um horizonte emancipatório, ou seja, ainda que não sejam eles mesmos os espaços da vida liberada, a ela conduzem de alguma maneira?

Na medida que a aporia tafuriana é quase um consenso, devemos refletir sobre algumas indicações do autor pouco referidas, presentes no capítulo Problemas à maneira de conclusão (1985, p. 115-122). Para tanto, devemos nos esforçar em manter o método dialético original, ou seja, não pretender encontrar uma positividade pacificadora destituída de contradições que, dos anos 1960 até hoje, só se avolumaram. Além disso, segundo o autor, é essencial entender os processos reais que vinculam necessariamente a arquitetura ao cada vez mais complexo desenvolvimento capitalista. Não apenas do ponto de vista ideológico, mas também nos aspectos produtivos nos quais ela progressivamente se diluiu.

Nos anos 1960, contexto ao qual as reflexões de Tafuri estão profundamente associadas, já se anunciava um declínio do profissionalismo da arquitetura, cada vez mais destituída de seu caráter ideológico e intelectual. A racionalização de processos objetivos de projeção da cidade e dos edifícios minava cada vez mais a outrora prevalente atividade espiritual do arquiteto. Se por um lado isso resultava da deterioração das ideologias burguesas às quais a arquitetura devia sua origem moderna, minava-se também sua consciência crítica — e suas utopias —, o espaço para uma ação social reativa aos fluxos da lógica econômica. Podemos apenas corroborar com o vaticínio da deterioração profissional, ampliada sobremaneira com as tecnologias informacionais que implicam uma divisão do trabalho, estranha às lógicas de síntese e totalidade do auge da modernidade. Talvez, a pior decorrência dessa deterioração da reflexão crítica hoje seja o anti-intelectualismo cada vez mais presente na academia. São diversos os seus efeitos, que vão desde o abandono do conhecimento técnico específico à eliminação de distância crítica em relação aos processos imediatos da vida cotidiana reificada.

As condições e limites da prática profissional não são impeditivas, e seu reconhecimento é fundamental para uma ação de resistência às forças hegemônicas do desenvolvimento capitalista. Não se pode evitar o enfrentamento de elevada complexidade tanto do setor da construção quanto da estrutura urbana. A complexidade do planejamento contemporâneo é decorrência da antecipação ideológica do plano realizada pela arquitetura radical. Trata-se, portanto, de enfrentar as consequências contemporâneas dessas estratégias parciais e instrumentais de controle social:

Para além da crítica da ideologia, existe a análise 'parcial' de tal realidade, em que é sempre necessário reconhecer as linhas de tendências ocultas, os objectivos reais de estratégias contraditórias, os laços que unem entre si sectores económicos aparentemente independentes. Há um trabalho totalmente por fazer, parece-nos, para uma cultura arquitetónica que aceite um tal terreno de operações. (TAFURI, 1985, p. 116).

Essa prática se move, devemos reconhecer, no campo da negatividade, que problematiza inclusive o utopismo de imagens para uma sociedade libertada, vontades subjetivas, *atualização* de uma sintaxe ou mesmo uma *arquitettura* de classe. Esse campo do negativo atinge o cerne de uma atividade estética essencialmente construtiva como são a arquitetura e o urbanismo. Uma reflexão de Fredric Jameson (1985) ajuda a desenredar a assim recebida aporia tafuriana. Se não é possível uma *arquitettura* de classe mas apenas uma crítica de classe na arquitetura, o papel do arquiteto passa a ser resolutamente negativo na denúncia de ideologias existentes ou históricas. A dimensão estética da arquitetura fica assim refreada, enquanto a prática política revolucionária do arquiteto é a única possibilidade. Poderíamos dizer que o arquiteto italiano sentença, assim, uma separação inflexível entre elas, eliminando os resíduos de autonomia estética. Jameson vai mais longe, ao aproximar essa aporia a um gênero textual cuja coerência interna leva a um fechamento em si mesmo, uma ideologia. Essa análise está, segundo o crítico americano, envolta pelos debates do marxismo ocidental e dos impasses revolucionários do século 20.

Para além das dificuldades apontadas do marxismo da segunda metade do século 20, que envolvem uma miríade de autores, será mais apropriado aqui avançar em relação à alternativa política e estética apontada por Jameson, que abriria

caminho para uma prática contra-hegemônica. Para confrontar Tafuri, Jameson recorre a outro célebre autor italiano, Antonio Gramsci. A imposição de uma hegemonia se vale de vários fatores que diluem a separação entre materialismo e idealismo; da mesma forma, a contra-hegemonia inclui uma resistência possível que implica uma luta cultural: no nosso caso, "contra-hegemonia significa produzir e manter viva uma certa 'idéia' alternativa de espaço, vida urbana, cotidiana e afins" (JAMESON, 1985, p. 72).

O argumento, aqui severamente simplificado, nos leva à virada espacial lefebvriana e a um pequeno excuro. O autor francês é conhecido como um crítico radical da arquitetura moderna, em especial dos *grands ensembles* produzidos na França depois dos anos 1950. Foi a sua pesquisa sociológica nesses espaços abstratos que permitiu ao autor refletir sobre a vida cotidiana e a centralidade do espaço na produção capitalista contemporânea (segunda metade do século 20). É por meio da racionalidade espacial, quer seja da unidade, do conjunto ou da cidade, que a reprodução social capitalista e alienada se realiza. As abstrações da ordem econômica erodem o sentido das cidades — obra —, transformando-as em produtos a serem trocados e consumidos. A esse aspecto ideológico do espaço se sobrepõem, sem poderem ser separados, aspectos diretamente produtivos: "organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos... o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas" (LEVEBVRE, 2013 [1985], p. 125). Para podermos voltar à crítica de Jameson, vale mais uma citação enfatizadora da unidade do espaço:

O conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, dos continentes ou do cosmos); produção (da organização espacial própria de cada sociedade); criação (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o cenário). (Lefebvre, 2013 [1985], p. 126)

Para Jameson, tanto o fechamento do pensamento tafuriano quanto o da pós-modernidade impassível e conformada, levariam a um impasse da ação. A abertura possível está, como vimos, na validade política da construção de espaços contra-hegemônicos como disputa cultural e na possibilidade de espacialidades que procurem, mantendo a distância estética, uma aproximação com uma vida cotidiana a ser revolucionada. Mesmo que não haja maiores indicações em relação às arquiteturas envolvidas nessas possibilidades, Jameson, crítico literário, pretende construir um enquadramento teórico que permita à reflexão propriamente arquitetônica desdobrar estratégias para uma disciplina à deriva. Essa mediação entre teoria e prática foi realizada pelo autor da Revolução Urbana, "a grande visão profética destes últimos anos de desânimo e renúncia" (JAMESON, 1985, p. 53). À guisa de conclusão, uma observação em relação às expectativas jamesonianas. Esse autor surgiu no debate internacional sobre a pós-modernidade ao decretar que a lógica cultural passava a guiar o capitalismo contemporâneo, tornando indiferentes as dinâmicas econômicas e culturais. Mesmo assim, subsistiria segundo ele certa autonomia relativa que autorizaria a apostar nas possibilidades críticas da cultura, da arte e da arquitetura. Resta saber se esse resíduo estético permaneceria ainda hoje, resistindo ao estreitamento que o neoliberalismo produziu em relação às dimensões não econômicas da vida. Ou, como reafirmou recentemente Otília Arantes (2021, p. 42):

Concluindo: depois do que acabo de expor é desnecessário confirmar — é isso mesmo, não há mais lugar no mundo contemporâneo, seja para uma criação artística, seja para uma experiência estética nos termos em que se deu no passado, mais especificamente até o alto modernismo.

Ao que Tafuri (1983, p. 11, tradução nossa) poderia acrescentar:

É por isso que o problema dos arquitetos não é construir essas representações, desde que por representações entendamos essa forma coletiva de compreender a realidade. Arquitetos ou não arquitetos, voluntariamente ou não, somos construídos assim que viemos ao mundo, somos construídos e ao mesmo tempo construímos essas imagens da realidade. Agora, há movimentos que podem alterar as representações, mas não são subjetivos. Por exemplo, críticas. A crítica, desnudando continuamente as representações enquanto tais (note-se que não digo o crítico, mas a crítica), isto é, uma obra intersubjetiva, social, internacional. A crítica pode trazer tantas dúvidas sobre as representações atuais que pode alavancar um esforço para avançar, pode forçar um salto.

Ainda que não seja este o propósito desta reflexão, é útil, neste esforço de síntese, indicar como essa equação crítica pode ser alimentada pela produção arquitetônica atual. Afinal, toda reflexão crítica proposta só pode ter como base a análise de

fenômenos espaciais existentes, para tentar evitar o campo minado das ideologias. Da mesma forma, as possibilidades, ou virtualidades inscritas na realidade, também devem estar apoiadas na concretude de propostas entendidas como alternativas contra-hegemônicas à radical abstração espacial do neoliberalismo. No caso brasileiro, apenas para tentar responder aos anseios da prática, podemos dizer que existem impulsos críticos inseridos em realizações arquitetônicas nas últimas décadas. Tais impulsos encontram-se menos ou mais desenvolvidos a depender de cada caso. Enfrentam, com enorme dificuldade, os mecanismos de produção do espaço capitalista atual, que completa a explosão e implosão do urbano, como vaticinou Lefebvre. Tais construções reativas e intuitivas carecem, no entanto, de formulações teóricas e críticas que explorem e deem um sentido pleno àquilo que surge apenas como reação formal ao *status quo*. Especialmente no caso brasileiro, a positividade de formulações de potência contra-hegemônica surge cotidianamente nas formas de apropriação do espaço urbano pela população. Em meio às necessidades básicas promotoras de precariedades inéditas, surgem a todo momento indicações de vontade criativa e livre, especialmente nas regiões mais carentes da cidade. Tal dimensão da vida pode ser o material social prioritário para a pesquisa arquitetônica do espaço, a fim de a ele dar forma e sentido amplo, e por que não dizer, utópico-concreto.

Agradecimentos

Essa pesquisa foi desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processos nº 20/11816-5 e 16/22704-8.

Referências

- ARANTES, O. B. F. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 3ª Edição ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- ARANTES, O. B. F. Nota sobre a experiência estética depois dos Modernos. **Revista Limiar**, 8(15), p. 39-42. , 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/limiar.2021.v8.12556>. Acesso em: 22 de ago. de 2022.
- ARANTES, O. B. F. **Lúcio Costa e a ‘boa causa’ da arquitetura brasileira**. In: Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 113-133.
- BAIRD, G. “Criticality” and its Discontents. **Harvard Design Magazine**, n. 21, p. 16-21, Fall/Winter 2005 2004.
- JAMESON, F. Architecture and the Critique of Ideology. In: OCKMAN, J. (Ed.). **Architecture Criticism Ideology**. Princeton: Princeton Architecture Press, 1985. p. 51-87.
- LEFEBVRE, H. Prefácio: a produção do espaço. **estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013.
- LEFEBVRE, HENRI. **Toward an Architecture of Enjoyment**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2014.
- NESBITT, K. (Ed.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- RECAMÁN, L. **Por uma arquitetura brasileira**. 1996. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- RECAMÁN, L. Posfácio: nem arquitetura nem cidades. In: ARANTES, O. B. F. (Ed.). **Urbanismo em fim de linha**: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. 2a Edição. São Paulo: Edusp, 2001, p. 211-222.
- RECAMÁN, L. **Oscar Niemeyer**: forma arquitetônica e cidade no Brasil moderno. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- RECAMÁN, L. O Desenho de Brasília. In: TRIGUEIROS, C. (Org.). **Uma Utopia Sustentável – Arquitectura e Urbanismo no espaço lusófono**: que futuro?. 01 ed. Lisboa: Editora da UTL, 2010, v. 01, p. 204-218.
- SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: **Ao Vencedor As Batatas**. 4a edição ed. São Paulo: Duas cidades, 1992.
- SPEAKS, M. Design Intelligence and the New Economy. **Architectural Record**, v. 190, n. 1, p. 72-79, jan. 2002.

SPEAKS, M. After Theory. **Architectural Record**, n. 6, p. 72-73, 2005.

TAFURI, M. **Projecto e Utopia**. 1ª Edição ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

TAFURI, M., 'Entrevista a Manfredo Tafuri', **Materiales 3** – PEHCHCESCA, Buenos Aires, p. 7-22, Agosto 1983.

WILDEROM, M. **Arquitetura para cidades latino-americanas: distâncias e aproximações entre São Paulo e Medellín**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.